

## **Feminização do Jornalismo Goiano um Olhar Sobre as Relações de Gênero<sup>1</sup>**

**Ana Maria de Moraes**

Jornalista e mestranda na linha de Mídia e Cidadania

Programa de Pós-graduação em Comunicação

Faculdade de Informação e Comunicação / Universidade Federal de Goiás

**Ana Carolina Rocha Pessôa Temer**

Professora doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo

Coordenadora do PPGC da FIC/UFG

### **Resumo**

O jornalismo foi uma das profissões que passou por um intenso processo de feminização em todo o mundo<sup>2</sup>. Segundo dados da Delegacia Regional de São Paulo<sup>3</sup>, no ano de 1939, 2,8% dos jornalistas da capital eram mulheres; em 1972, representavam 10%; em 1996, haviam se tornado 40%<sup>4</sup>; número que chegou a 63,7% em 2012<sup>5</sup>. No entanto, como mostram estes autores, essa feminização continua acompanhada das disparidades salariais e da divisão sexual do trabalho. Tendo como foco analisar a causa da permanência destas desigualdades, esta pesquisa irá avaliar como está o processo de feminização e como se dão as relações de gênero no jornalismo goiano, realizando um estudo comparativo entre jornalistas que atuam na TV e no impresso.

### **Palavras-chave**

Palavras-chave: Feminização; relações de gênero, jornalismo impresso, telejornalismo.

### **Introdução**

A feminização do jornalismo está relacionada ao processo de profissionalização da carreira e às transformações sociais e dos meios de comunicação, iniciadas no século XX e ainda em andamento no século XXI (Rocha e Sousa, 2011). Como mostram estes pesquisadores, o processo de feminização no jornalismo não foi um movimento isolado, ele

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, no Grupo de Trabalho História do Jornalismo no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> A diretora regional da Organização Internacional do Trabalho, Laís Abramo, discorre sobre a intensa feminização do mercado de trabalho em Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios, de 2010.

<sup>3</sup> Informações contidas na obra 'Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito' (Temer, Assis e Santos, 2014), citando dados compilados por José Hamilton Ribeiro, de 1998.

<sup>4</sup> Paula Melani Rocha analisa as possíveis causas do processo de feminização do jornalismo em 'Mulher Jornalista', de 2007.

<sup>5</sup> Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick e Lima, 2013), realizada em 2012 pelo programa de pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, em parceria com a FENAJ.

está inserido no contexto internacional de transformações no sistema de produção e na entrada da mulher no mercado de trabalho.

“A Revolução Industrial influenciou todo o modo de produção no final do século XVIII e nos séculos XIX e XX. As Guerras Mundiais aceleraram a necessidade de trabalho feminino, mas o curso de graduação foi uma das principais portas de entrada das mulheres no mercado de trabalho em jornalismo. Todas essas transformações afetaram o perfil do profissional e o mercado de trabalho” (ROCHA E SOUSA, 2011, P. 9)

No Brasil, conforme pesquisa realizada em 2012 pelo programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), com uma amostragem de 2.731 jornalistas brasileiros, as mulheres representam 63,7% dos jornalistas atuantes. No entanto, no que concerne à remuneração, as mulheres são maioria somente no grupo dos que ganham até cinco salários mínimos: 65,5%. Entre os que recebem mais de cinco salários há uma inversão de posição: as mulheres correspondem a 31,9%. Desdobrando a faixa dos mais bem pagos, os homens lideram em todos os estratos: eles correspondem a 51,8% dos que recebem mais de dez mínimos e 64,4% dos que têm vencimentos de mais de 20 mínimos. Abramo (2010) traz explicações relativas a essas desigualdades:

(...)a mulher, ao não atender a esse modelo do trabalhador ideal, com dedicação exclusiva à empresa, passa a ser vista como uma trabalhadora inadequada ou menos produtiva, o que, por sua vez, terá um impacto negativo nas suas possibilidades de promoção e ascensão na empresa e de obtenção de uma remuneração igual à dos homens por um trabalho de igual valor, tal como preconizado na Convenção n. 100 da OIT, 1951 (Remuneração igual para trabalho de igual valor) e na legislação da maioria dos países (ABRAMO, 2010, p. 20).

Este cenário se repete na América Latina. Rocha e Dancosky (2016) trazem dados da feminização do jornalismo ocorridos em Cuba e no Peru. Em Cuba, pesquisa feita por Yamilé Guerra mostra que, dos 4.148 jornalistas afiliados à Unión de Periodistas de Cuba, 2.064 são mulheres e quase 80% dos acadêmicos de Jornalismo também são do sexo feminino. No Peru, as pesquisadoras contam que não há um levantamento sistematizado, mas que, segundo Zuliana Laínez, dirigente da Associação Nacional de Jornalistas, as mulheres ocupam entre 65% a 72% dos 34 cursos universitários de comunicação. No entanto, nos dois países os postos de direção dos meios de comunicação impressos, audiovisuais e digitais, os homens ainda dominam e é baixa a presença de profissionais

femininas nos cargos de produtoras, executivas, chefes de redação, editoras ou diretoras. Porém, Guerra (2014) traz um dado interessante: em Cuba, dos 18 jornalistas que cobrem o parlamento 10 são mulheres. Mas normalmente essa representação não é igualitária em todo o continente:

Dados do Projeto Global de Observação da Mídia, realizado em 2005, em países da América Latina, por exemplo, apontam que 57% dos apresentadores de televisão eram mulheres, mas apenas 29% das notícias eram redigidas por pessoas do sexo feminino. Ao mesmo tempo, somente 23% das chamadas “notícias sérias” foram cobertas ou redigidas por profissionais femininas, que por sua vez atuavam com maior frequência no que é definido como informação “leve”, como assuntos sociais, família, arte e vida. Nessa área, mais de 40% dos profissionais eram mulheres (ROCHA, DANCOSKY, 2016. p.121)

Em Portugal, onde o processo de profissionalização foi mais tardio do que no resto da Europa por causa da ditadura política, conforme informações referentes a 2007 do Sindicato dos Jornalistas Portugueses, predominavam os homens com 50,15% dos postos de trabalho contra 49,85% ocupados por mulheres (Rocha, 2011). Na França, segundo estudo publicado em 2010 (Damian-Gaillard, Frisque e Saitta), no ano de 2008 as mulheres representavam 43,9% das portadoras da credencial de imprensa (ante 38% em 1997) e 54,2% das pessoas que solicitavam a credencial pela primeira vez.

Essa feminização acompanha o crescimento numérico da profissão (+ 24% entre 1997 e 2008). No entanto, numerosas desigualdades entre os sexos persistem: as mulheres jornalistas procuram mais por trabalho que os homens (4% contra 3,3%), são a maior parte dos que atuam como freelancer (21,2% contra 15,8%), mas muito mais raramente chefes de redação (0,5% contra 2,2%) (DAMIAN-GAILLARD, FRISQUE E SAITTA, 2009, p. 11. Tradução nossa).

As autoras mostram também que prevalece uma divisão de editorias entre homens e mulheres, sendo que a área de cultura e entretenimento é, geralmente, coordenada e coberta por mulheres, ligando estes temas às ocupações tradicionalmente designadas a mulheres – como o cuidado com o outro e assuntos considerados mais emocionais (Kergoat, 2009). Dentro dessa lógica, alguns setores que gozam de maior prestígio, considerados mais ‘sérios’, como a política e a economia, costumam ser domínios majoritariamente masculinos. Temer, Assis e Santos (2014) comprovam que ainda é pequena a quantidade de mulheres no jornalismo de imersão, que é um método de apuração que exige disponibilidade de tempo para que os repórteres investiguem múltiplas situações e que este tem sido praticado sobretudo por homens. Uma das razões para tal questionamento é que esta modalidade é a que permite maior ascensão no jornalismo, como revela a maior premiação brasileira destinada à imprensa, o Prêmio Esso.

O levantamento ‘Desigualdade de Gênero no Jornalismo’, realizado pelo Coletivo das Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do DF trouxe dados ainda mais preocupantes. A pesquisa, feita entre os meses de março e maio de 2016 por meio de questionário na internet, contou com a participação de 535 mulheres de vários estados do país. Os dados trazem uma amostra de como tem sido o tratamento dispensado a mulheres dentro das redações e assessorias de imprensa, além de apontar a incidência de casos de assédio moral, machismo, racismo e preconceito nos locais de trabalho. A pesquisa aponta que 61,5% das jornalistas já vivenciaram situações em que apesar de exercerem a mesma função que seu colega de trabalho receberam menos do que ele. Das 535, 417 (77,9%) disseram ter sofrido algum tipo de assédio moral por parte de colegas ou de chefes diretos. Um número maior ainda, 78,5%, foi registrado quando as mulheres responderam se já enfrentaram algum tipo de atitude machista durante entrevistas. Além disso, mais de 70% delas afirmaram não ter sido designada para uma pauta pelo fato de ser mulher.

### **Feminização não quer dizer igualdade de gênero**

Tal situação de desigualdade e precariedade faz parte da realidade vivenciada por mulheres em todo o mundo na maioria dos segmentos profissionais e é mais acentuada nos países onde houve poucos avanços nos debates de gênero e nas políticas públicas que podem levar a direitos mais igualitários. Para Abramo (2007), a manutenção dessas desigualdades entre os gêneros se deve aos estereótipos que classificam a mulher como uma força secundária de trabalho e que, apesar de todas as evidências empíricas em contrário, está presente no imaginário social, empresarial, sindical e no imaginário das próprias mulheres, que estão ou não no mercado de trabalho.

Nesse modelo, a inserção da mulher no trabalho é vista como um aspecto secundário do seu projeto de vida, da constituição de sua identidade e de suas possibilidades reais. (...) Em consequência da atribuição do papel de provedor ao homem, a inserção da mulher no mundo do trabalho, quando ocorre, seria também, por definição, uma inserção sempre complementar, eventual, instável e secundária (ABRAMO, 2007, p. 16).

Seguindo a linha de raciocínio de Simone de Beauvoir em sua afirmação de que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, a socióloga francesa Danièle Kergoat e a socióloga brasileira radicada na França Helena Hirata estão entre as teóricas que fundamentaram os questionamentos teóricos da naturalização das construções sociais que atribuem ao feminino o trabalho reprodutivo e ao masculino o trabalho produtivo.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009, p. 67).

Segundo Kergoat, essa forma de divisão tem dois princípios organizadores, o da separação: existem atribuições femininas e atribuições masculinas; e o da hierarquização: o trabalho de um homem “vale” mais do que um de mulher. A socióloga diz ainda que estes princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço, o que permite segundo alguns (Héritier-Augé, 1984, apud Kergoat, 2009), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997, apud Kergoat, 2009), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade.

Em 1975, a antropóloga norte-americana Gayle Rubin escreveu um artigo intitulado “Glass ceiling<sup>6</sup>” (1975), no qual questionava as divisões do trabalho segundo o sexo e a expressão passou a ser utilizada para descrever o fenômeno que restringe as mulheres na ascensão profissional. A metáfora, hoje utilizada largamente pelos estudos feministas, descreve a barreira invisível, mais cultural que institucional, que mantém as mulheres em situação de desigualdade no mercado de trabalho. Na exclusão vertical, o “teto de vidro” age como barreiras invisíveis, para impedir a ascensão na carreira. Mas, estudos como o de Williams (2013) mostram que a exclusão é também horizontal, já que percebe-se um maior número de mulheres em áreas construídas como de menor prestígio, como por exemplo a enfermagem, a educação primária, serviço social, biblioteconomia e serviços domésticos. E o interessante é que, quando os homens ingressam nestas profissões predominantemente femininas, ocorre exatamente o contrário, situação para a qual Williams cunhou a expressão “glass escalator<sup>7</sup>”, metáfora que designa o cenário de homens ocupando cargos de liderança em segmentos com a maioria de mulheres. De acordo com sua pesquisa, os mecanismos que os levam até as posições de chefia (mesmo quando estas não fazem parte de suas aspirações) são tão invisíveis quanto os que impedem as mulheres de ascender. Isto é, mesmo em profissões consideradas femininas, os mecanismos de reprodução de desigualdades reafirmam o sexismo e a hierarquização do masculino sobre o feminino.

Kergoat (2009) analisa que estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que relega o gênero ao sexo

---

<sup>6</sup> “Teto de vidro”

<sup>7</sup> “Escada rolante de vidro”

biológico e o reduz a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. Mathieu (2009) cita, nessa divisão sociossexual do trabalho e dos meios de produção, a organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais e a desigualdade de acesso de homens e mulheres aos recursos materiais. No sentido oposto a estas concepções naturalizadas, Kergoat afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais e, dessa forma, passíveis de modificações. Hirata e Zarifian (2009) criticam a noção moderna de trabalho conforme foi concebida por Marx (1867/1965), reinterpretando seus conceitos. Eles dizem que, em primeiro lugar, o pensador do processo capitalista de produção afirmou que o trabalho é essencialmente um ato que se passa entre o homem e a natureza, que põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida, ao mesmo tempo em que transforma sua própria natureza e desenvolve suas faculdades adormecidas. A segunda definição elaborada por Marx é de que as trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais de artesanato, escravidão ou assalariamento. E é a partir desta segunda interpretação que ele desenvolve o conceito de trabalho assalariado: o assalariado trabalha sob o controle do capitalista, ao qual pertence o produto de seu trabalho. Os autores consideram que essa definição tem o mérito de situar a atividade do trabalho “no ponto preciso de imbricação de dois tipos de relação, homem-natureza e homem-homem, mas que ela é muito insuficiente, porque parte de um modelo assexuado de trabalho” (HIRATA E ZARIFIAN, 2009, p. 252).

Entretanto, como mostra Abramo (2007), embora as taxas de escolarização entre as mulheres sejam maiores, persistem importantes desigualdades por horas de rendimento trabalhadas e essas desigualdades são ainda maiores nas faixas superiores de escolaridade (Abramo, 2010). Como pontuam seis pesquisas publicadas pelo escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2010), na busca pelo princípio da igualdade as mulheres têm sido confrontadas com uma escolha impossível: o reconhecimento político e social x maternidade e trabalho doméstico. Nesta dicotomia trabalho produtivo x trabalho reprodutivo talvez resida a maior dificuldade das mulheres na busca por autonomia e reconhecimento profissional. Abramo (2010) analisa que a produção da tensão entre o trabalho e a vida familiar se dá em várias dimensões que devem ser consideradas e analisadas de forma integrada. Segundo ela, é preciso considerar que, apesar de todas as mudanças culturais ocorridas nas últimas décadas, continua atribuídas às mulheres a

responsabilidade primordial pelas funções de cuidado exercidas no âmbito doméstico e privado.

A entrada das mulheres de forma mais expressiva no mercado de trabalho a partir da segunda metade do século XX não foi acompanhada nem por um aumento equivalente da participação dos homens na distribuição das responsabilidades e tarefas domésticas e familiares, nem por políticas públicas ou mudanças na organização produtiva e do trabalho que pudessem diminuir essa tensão e facilitar essa conciliação (ABRAMO, 2010, p. 19).

Hirata reforça que (2002), enquanto os homens não se colocarem como corresponsáveis pelo trabalho doméstico, permanecerá a hierarquia do masculino sobre o feminino.

Embora mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento hoje das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino, hierarquia sobre a qual (...) se assenta a divisão sexual do trabalho. Enquanto a “conciliação” entre vida profissional e vida familiar, entre trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão não parecem estar ameaçadas em seus fundamentos (HIRATA, 2002, p. 20)

Bruschini e Ricoldi (2012) realizaram uma pesquisa sobre a participação masculina nas responsabilidades domésticas e nos cuidados com as crianças baseada em dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD/IBGE), segundo os quais cerca de 45% dos homens afirmavam, no ano anterior à pesquisa, realizar trabalhos domésticos e cuidados com os filhos. No entanto, as sociólogas, ao realizarem a pesquisa empírica, comprovaram que, na maioria dos casos, a mulher ainda é a principal responsável pelas tarefas mais pesadas da casa, como cozinhar, lavar louça, lavar e passar roupa e que as tarefas feitas pelo companheiro e/ou pelos filhos são geralmente aquelas que a mulher não teve tempo para terminar de realizar; e os cuidados dos companheiros com os filhos pequenos são relacionados à vida escolar, como levar e buscar na creche, ir a reuniões, levar para passear e não costumam abranger os cuidados físicos, como dar banho e alimentá-los. Apesar dessa realidade doméstica que ainda sobrecarrega a mulher, é preciso destacar também que os homens investigados sugeriram no estudo a elaboração de políticas públicas que contribuam para uma melhor divisão do trabalho doméstico e parental, como a redução ou flexibilidade das jornadas de trabalho e o aumento da licença paternidade. Afinal, como bem pontua Abramo:

É necessário assinalar que o custo de tudo isso é alto também para os homens, já que a sua participação ativa na vida doméstica e familiar não deve ser vista apenas como uma responsabilidade, mas também como um direito. Por esse motivo, a

conciliação entre o trabalho e a vida familiar deve ser vista como um tema não apenas das mulheres, mas sim de homens e mulheres (ABRAMO, 2010, p. 21).

Assim, como mostram essas autoras citadas, para atingir esses objetivos, é fundamental avançar na construção de formas mais compartilhadas de articulação entre a vida e o trabalho, diminuindo a carga das responsabilidades familiares assumidas de forma unilateral ou exclusiva pelas mulheres.

### **Reivindicações feministas e jornalismo**

Ao pesquisar a história do jornalismo e a história do feminismo do século 19 e começo do século 20 no Brasil é possível encontrar o registro de algumas mulheres que utilizaram os jornais no combate à opressão estabelecida pelo patriarcalismo, concebido com base no masculino universal e na exclusão das mulheres de tudo o que dizia respeito à esfera pública (Kergoat, 2009). A primeira que a história dá notícia é Nísia Floresta – Dionísia Gonçalves Pinto –, nascida em 1810 no Rio Grande do Norte e que viveu em Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Itália e França, onde faleceu, em 1855. Nísia estreou nas letras em 1830, escrevendo para o jornal recifense *Espelho das Brasileiras* defendendo os direitos das mulheres à educação (Castro, Alberton e Eggset, 2010), e também colaborou com jornais em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Além disso, deixou diversos livros, cujo primeiro título *Direito das Mulheres, Injustiça dos Homens*, deixa explícito o caráter de sua militância, tendo publicado outras obras na Itália e na França, nas quais tratava das mesmas questões.

Josefina Álvares de Azevedo, irmã por parte de pai (ao que parece, ilegítima) de um dos grandes nomes do romantismo, Manoel Antônio Álvares de Azevedo, nasceu em 1851 no interior do Rio de Janeiro e foi a fundadora do jornal *A Família*, em 1888, na capital paulista. Nas páginas do jornal, que circulou até 1898, defendeu o direito das mulheres à educação e criticava abertamente o decreto que impedia o acesso das mulheres ao ensino superior. Combatia a opressão social ao feminino, o que denominava de “tirania masculina” e reiterava em seus artigos que o fato de manter um jornal redigido somente por mulheres era a prova cabal da capacidade feminina em construir sua autonomia (Souto Maior, 2010).

Outro nome de destaque no feminismo, que também utilizou a imprensa como veículo de suas ideias e batalhou pelo direito da mulher à educação, é Maria Lacerda de Moura, anarquista mineira nascida em 1887, que viveu a maior parte da vida em São Paulo, onde publicava ideias revolucionárias no jornal *O Combate* e onde criou a revista



*Renascença*, lançada em 1923. Assim como Nísia Floresta, Maria Lacerda deixou seus ideais libertários em diversos livros, nos quais se declarava individualista, adepta do amor livre, antifacista, antissocial, anticlerical e adepta da maternidade consciente e da emancipação da mulher em relação ao homem e ao capital (Miranda, 2006).

E, a mais conhecida de todas elas, a paulista Patrícia Rehder Galvão, a Pagu, nascida em 1910, que defendia a participação ativa de todas as mulheres na política e na sociedade, independente de sua posição sócio-econômico-cultural, e criticava o que chamava de “feminismo bem comportado”, personificado pela bióloga Bertha Lutz, que, de acordo com sua concepção, excluía as mulheres proletárias da defesa pelos direitos femininos (Oliveira, 2014). Pagu publicou artigos em vários jornais sempre ligando o feminismo ao comunismo, tendo escrito oito artigos transgressores na coluna *A mulher do povo* no periódico *O homem do povo*, fundado por Oswald de Andrade.

Durante o século 19 e início do século 20, na denominada Imprensa Feminina, (Buitoni 1981, 1986) houve alguns periódicos que contavam somente com mulheres em suas equipes e, mesmo que a maioria não se propusesse a ser um canal de ideias emancipatórias, tiveram grande influência sobre seu público leitor (que na época era relativamente pequeno, visto que a maioria das mulheres brasileiras era analfabeta). A autora diz que o primeiro foi *O Espelho Diamantino* (Rio de Janeiro, 1827); seguido por *O Espelho das Brasileiras* (Recife, 1831); *A Mulher do Simplicio* ou *A Fluminense Exaltada* (Rio de Janeiro, 1832); *Correio das Modas* (Rio de Janeiro, 1839); e *A Marmota* (Rio de Janeiro, 1841). Mas, como o feminino era condicionado à esfera doméstica, estes jornais não traziam a assinatura das autoras; o primeiro a romper com esta censura social, segundo Buitoni (1981, 1986), foi o *Belo Sexo* (1850), fundado por um grupo de mulheres cariocas, que, por se expressarem mais livremente, estiveram sujeitas a críticas e oposições de jornalistas homens. Depois dele, vários seguiram o modelo, como o *Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro, 1855), periódico criado pela argentina Joana Manso Paulo de Noronha, que trazia a novidade de ter os editoriais assinados por ela; e *O Sexo Feminino* (São João Del Rey, 1873), criado por Francisca Senhorinha Motta Diniz, que combatia as punições corporais na educação escolar e defendia a educação para todas as mulheres. Em Goiás, onde as notícias demoravam semanas e até meses para chegar e a exclusão da mulher da esfera pública e confinamento ao âmbito doméstico eram ainda mais definidos do que nos centros urbanos acima citados, o primeiro jornal da imprensa feminina, *A Rosa*, surgiu em 1907 e teve como colaboradora Cora Coralina, que era uma das poucas vozes a clamar

contra a opressão secular vivida pela mulher (Carvalho e Sant’Anna, 2007). Os periódicos, que tiveram sempre vida curta, tratavam sobretudo de moda, literatura e assuntos ligados ao comportamento, como casamento, maternidade, atividades domésticas etc.

Lima (2007) cita June Edith Hahner (2003), que estudou essas publicações da imprensa feminina e referiu-se ao pouco destaque que elas têm merecido por parte de estudiosos da imprensa e dos movimentos feministas. Ela lembra que essas mulheres, através de seus jornais, procuravam despertar as demais para o desenvolvimento de um potencial sufocado e desconhecido.

Acreditavam na educação como instrumento mais eficaz para libertar a mulher da opressão que vinha sofrendo há séculos e algumas tiveram ideias avançadas para a época. Josefina Álvares de Azevedo, por exemplo, foi das mais vigorosas das vozes femininas surgidas nas décadas de 1880-1890. Rebelou-se contra a tirânica dominação do homem, ‘sempre um déspota’, e questionou ‘se nas qualidades da mulher reside a superioridade do casal por que é que, à simples seleção do sexo, se há de conceder atributos de autoridade?’ (HAHNER, APUD LIMA, 2007, p. 223)

No entanto, ao contrário da imprensa internacional, onde é possível encontrar nomes de referência como Louise-Félicité de Kéralio, primeira mulher a fundar um jornal, em 1789, sob a revolução francesa; Caroline Rémy, conhecida como Séverine e a primeira mulher a conduzir um jornal diário, *Le Cri du Peuple*<sup>8</sup>; a norte-americana Elizabeth Jane Cochrane, mais conhecida pelo pseudônimo Nellie Bly, ícone do jornalismo investigativo; Ida B. Wells, uma das primeiras jornalistas afro-americanas e líder do movimento dos direitos civis dos negros no final do século 19; a afegã Najiba Ayubi, ativista dos direitos femininos e da imprensa no mundo árabe (para citar apenas algumas); no Brasil, a profissão tem somente homens como ícones, entre os quais se destacam Machado de Assis, Carlos Lacerda, Assis Chateaubriand, Samuel Wainer, entre outros.

Afinal, se a mídia é mesmo o espelho da sociedade como pretendem alguns, é indispensável que aqueles e aquelas que nela atuam reflitam sobre um dos direitos humanos fundamentais: a igualdade de gênero.

### **Proposta metodológica**

Para a segunda fase desta pesquisa, pretende-se utilizar o método de pesquisa qualitativa, utilizando a estratégia da triangulação, que tem se apresentado como alternativa eficaz para construir coerência e coesão metodológica nas pesquisas em comunicação (Figaro, 2014).

---

<sup>8</sup> O Grito do Povo.

O uso de múltiplos métodos, ou da triangulação, reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão. É a alternativa para se empreender múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observadores em uma mesma pesquisa, o que garante rigor, riqueza e complexidade ao trabalho (LINCOLN & DENZIN APUD FIGARO, 2014, p. 127).

O nome triangulação surgiu como uma metáfora para a combinação e cruzamento de métodos e técnicas de pesquisa. Figaro (2014) cita Duarte (2009), segundo quem o termo triangulação é oriundo da navegação e da topografia, método usado para determinar uma posição e o alcance de um ponto referencial, por exemplo, um determinado ponto C, desde que se tenham informações suficientes entre as distâncias A e B que ajudam a localização (Figaro, 2014). De acordo com os principais teóricos da triangulação, Denzin, Lincoln nos Estados Unidos, e Minayo no Brasil, esta estratégia de pesquisa foi concebida, inicialmente, como forma de unir as pesquisas quantitativas às qualitativas, permitindo triangulação de dados, de coletas, de pesquisadores, de teorias e de metodologias.

A triangulação de métodos surge como uma estratégia de diálogo entre áreas distintas de conhecimento, capaz de viabilizar o entrelaçamento entre teoria e prática e de agregar múltiplos pontos de vista, seja das variadas formulações teóricas utilizadas pelos pesquisadores ou da visão de mundo dos informantes da pesquisa utilizados de modo articulado[...] (GARNELO, 2006, p. 1)

Em busca de uma síntese entre sujeito/objeto, teoria/prática, Minayo (2005) lança mão da *Crítica da Razão Pura*, na qual a filosofia kantiana propõe a unidade sintética entre os fenômenos e a razão, construtora e construto da experiência. Outro aporte epistemológico apontado pela autora é a *Teoria da Complexidade*, de Morin, a fim de combinar os conceitos concorrentes e complementares de cada área disciplinar na pesquisa por triangulação. Minayo destaca ainda a postura ética e teórica da triangulação, em consonância com os princípios da filosofia comunicativa, elaborados por Habermas no livro *Teoria de la Acción Comunicativa* (1987), que propicia meios para que, no desenvolvimento do processo de análise, os que o implementam ou recebem seus influxos, se apropriem da compreensão dos dados quantitativos e qualitativos e recolham subsídios para as mudanças necessárias.

Entretanto, Tuzzo e Braga (2015) têm desenvolvido a estratégia de triangulação em pesquisas qualitativas firmadas nelas mesmas, utilizando o tripé sujeitos, fenômenos e métodos. Eles se baseiam em princípio abordado por Minayo (2005), que diz que, além da integração objetiva e subjetiva, a proposta inclui os atores não apenas como objetos de análise, mas como sujeitos de auto-avaliação. Os pesquisadores citam ainda os dois

subtipos criados nas categorizações feitas por Denzin, que inclui a triangulação intermétodos, que é o uso de diferentes métodos para o mesmo objeto de estudo; e o intramétodo, que é o uso do mesmo método em diferentes ocasiões. Dessa forma, a reflexão de Tuzzo e Braga se baseia no tripé: 1) Métodos, que são plurais; 2) Sujeitos, que são mutáveis e absolutamente dependentes do ambiente e das condições sociais onde a pesquisa se realiza; 3) Fenômeno, que é complexo, e assim como os sujeitos, mutante e multifacetado. Os pesquisadores observam que, em se tratando de pesquisas nas áreas da comunicação, a mídia é ponto determinante na construção de todo o processo.

A característica subjetiva da triangulação coaduna com o objeto de estudo nas ciências sociais e humanas. (...) Parece ser uma abordagem que se sustenta e faz sentido à medida que oferece ao pesquisador olhares múltiplos e diferentes do mesmo lugar de fala (TUZZO E BRAGA, 2015, p. 151).

Assim, a intenção desta pesquisa é fazer uma avaliação do universo do trabalho em jornalismo sob o prisma das questões de gênero estudadas pelas ciências sociais, utilizando como instrumentos de coleta a) Textos históricos; b) História de vida; c) Entrevista; d) Observação participante. Com estas articulações, o objetivo é suscitar reflexões sobre uma profissão que é tida como porta-voz de diversos segmentos marginalizados da sociedade, inclusive na busca por maior paridade entre os sexos em todos os âmbitos, mostrando como está a luta das jornalistas goianas pelo exercício de sua própria cidadania.

### **Considerações finais**

As pesquisas sobre desigualdade de gênero têm postulado o reconhecimento da importância da discriminação de gênero sobre as experiências das mulheres no mundo do trabalho. Os estudos sugerem que estereótipos de gênero influenciam fatores organizacionais e que eles se conectam para promover a discriminação de gênero no local de trabalho cotidianamente. Estes estereótipos comportam crenças sobre as características que cada gênero deve ter e quais comportamentos são ou não permitidos. Eles se traduzem em restrições quando consideram que as mulheres não têm os atributos necessários para um trabalho específico, violando direitos adquiridos por meio da formação e qualificação destas trabalhadoras. Estas discriminações se apresentam ainda sob diversas outras formas, como no assédio moral, assédio sexual, insubordinação por parte da equipe quando estas mulheres se encontram em posições de comando, entre outras.

Além disso, enquanto as pesquisas sociológicas sobre as questões de gênero e sobre o espaço ocupado por homens e mulheres no mundo do trabalho e na família estão

consideravelmente bem desenvolvidas, os estudos sob a perspectiva de gênero no jornalismo ainda estão em processo de desenvolvimento e eles podem possibilitar a visão da rotina organizacional das redações e a avaliação da profissão como um todo, já que tudo indica que as mulheres continuam exercendo as funções de menor prestígio e de menor remuneração.

Tendo em vista que as mulheres agora formam o maior contingente dos jornalistas, depois desta análise da feminização, suas causas, suas modalidades e seus limites, a análise da dimensão de gênero pode permitir a desconstrução de uma visão universalizante da profissão, que supõe a existência de valores profissionais compartilhados e condições de trabalho comuns a homens e mulheres, trazendo à luz os mecanismos de dominação e as relações de poder que se escondem atrás desses ideais profissionais.

Esta pesquisa pretende ser a continuação de um processo iniciado com o movimento feminista, que questiona as práticas sociais materializadas nas formas de práticas profissionais, levando a subordinação do feminino ao masculino da esfera privada para a esfera pública, por considerar que as jornalistas devem se conscientizar sobre estas disparidades e trabalhar para que a sociedade como um todo caminhe rumo à superação das desigualdades de gênero.

### Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE\\_LAIS\\_WENDEL\\_ABRAMO.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE_LAIS_WENDEL_ABRAMO.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2016.

ABRAMO, Laís. Introdução. In: Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade\\_genero\\_262.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf). Acesso em: 12 maio 2016.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa brasileira. SP: Loyola, 1981.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. SP: Ática, 1990.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-287, 2012.

CARVALHO, Maria Meire; SANT'ANNA, Thiago. **Ações culturais e políticas feministas: a “Federação Goyana pelo Progresso feminino” - um efeito múltiplo da emancipação das mulheres em goiás (Sec. XIX – XX).** 2007. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/viewFile/25/40> Acesso em 10 de jul 2016.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; FRISQUE, Cégolène; SAITTA, Eugénie. Le journalisme “au féminin”: dynamiques de spécialisation, enjeux organisationnels et traitement de l’information. **Presses Universitaires de Rennes.** 2010. Disponível em: [http://www.pur-editions.fr/couvertures/1283328096\\_doc.pdf](http://www.pur-editions.fr/couvertures/1283328096_doc.pdf). Acesso em 20 mai 2016.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil.** Santa Catarina: Mulheres. 2003.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras, Estudos Midiáticos**, Vol. 16, nº 2, p. 124 - 131. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/fem.2014.162.06/4196>. Acesso em 27 jun 2016.

GARNELO, Luiza. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programa sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.5, p. 1115-1117. May 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2006000500025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000500025). Acesso em 27 jun 2016.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa...** São Paulo: Boitempo. 2002

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009. p. 251-256.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2219/1320>>. Acesso em: 16 maio 2016.

MATHIEU, Nicole Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

MARQUES, Lilian Arruda; SANCHES, Solange. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: tendência recentes. In: Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios.** Brasília: OIT, 2010.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012.** 2013. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em: 12 abril 2016

MINAYO, Maria Cecília; ASSIS, Simone; SOUZA, Edinilsa; **Avaliação por triangulação de métodos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

ROCHA, Paula Melani. A profissionalização no jornalismo e o mercado para mulheres. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 11., 2003, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218/91096>> Acesso em: 14 maio 2016.

ROCHA, Paula Melani. Mulher jornalista: relações familiares e profissionais. **Comunicación e Ciudadanía: Revista Internacional de Jornalismo Social**, n. 1, p. 119-134, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2542864>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

ROCHA, Paula Melani. A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 35, p. 119-136, jan./abr. 2016. Disponível em: [seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/download/49651/33941](http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/download/49651/33941)>. Acesso em: 16 maio 2016.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Revista Impulso, Unimep**. 2011. P. 07 – 18. Disponível em: [/www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/viewFile/434/545](http://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/viewFile/434/545). Acesso em: 05 jun 2016.

SOUTO MAIOR, Valéria Andrade. **Josefina Álvares de Azevedo, Teatro e propaganda sufragista no Brasil do Século XIX.** Repositório Biblioteca Digital. 2010. Disponível em: [http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525\\_arquivo.pdf](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525_arquivo.pdf). Acesso em 10 jul. 2016.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; ASSIS, Francisco; SANTOS, Marli. **Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito.** Media & Jornalismo: Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, Coimbra, v. 14, n. 25, p. 75-90, 2014. Disponível em: <http://cimj.org/revista/25/AnaTFranciscoAMarliS.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **Pesquisa qualitativa uma possibilidade de triangulação por métodos, fenômenos e sujeitos.** 2015. In: Atas - Investigação qualitativa nas ciências sociais. Disponível em <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/issue/view/5>> Acesso em 25 abril 2016.

WILLIAMS, Christine L. The Glass Escalator, Revisited: gender inequality in neoliberal times. **SWS Feminist Lecturer. Gender & Society**, Vol. 27, nº 5, 2013, p.609-629.